

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO**PORTARIA Nº 52, DE 6 DE JUNHO DE 2013**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, tendo em vista o que consta no Processo nº 46207.003479/2013-43, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria SRT/Nº 02, de 25 de maio de 2006, publicada no DOU do dia 30 de maio de 2006, resolve:

Homologar o Plano de Cargos e Carreira do Corpo Docente da FACULDADE CAPIXABA DE NOVA VENÉCIA, sediada à Rua Jacobina, nº 165, Bairro São Francisco, CEP 29.830-000, Nova Venécia/ES, inscrita no CNPJ sob o nº 039.963.577/0001-97, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no quadro, dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

ALCIMAR DAS CANDEIAS DA SILVA
Substituto

PORTARIA Nº 53, DE 6 DE JUNHO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, tendo em vista o que consta no Processo nº 46207.003480/2013-78, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria SRT/Nº 02, de 25 de maio de 2006, publicada no DOU do dia 30 de maio de 2006, resolve:

Homologar o Plano de Cargos e Carreira do Corpo Docente da FACULDADE CAPIXABA DA SERRA, sediada à Rua Barão do Rio Branco, nº 120, Bairro Colina de Laranjeiras, CEP 29.167-172, Serra/ES, inscrita no CNPJ sob o nº 11.062.400/0001-48, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no quadro, dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

ALCIMAR DAS CANDEIAS DA SILVA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO**PORTARIA Nº 70, DE 7 DE JUNHO DE 2013**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial Nº 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos dos processos n.º 46269.002123/2012-87 e conceder autorização à empresa: JM FONTANA CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 74.665.985/0001-00, situada à Estrada Municipal Jurumirim, nº 310/330, Canjica, Município de Salto, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 21 de março de 2014 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os intervalos e os turnos a serem observados são conforme fls. 02,03 e 04 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS NETO

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 30, publicada no DOU de 11 de março de 2013, Seção 1, página 98. Onde se lê: VIGENDO ATÉ 31 DE MAIO DE 2013. Leia-se VIGENDO ATÉ 07 DE JANEIRO DE 2015.

Ministério do Turismo**INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO****PORTARIA Nº 56, DE 6 DE JUNHO DE 2013**

Instituir a política de patrocínio no âmbito da EMBRATUR.

O Presidente da EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 4º da Lei n. 8.181, de 28 de março de 1991, art. 14 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.916, de 29 de julho de 2009, e art. 5º do Regimento Interno aprovado pela Portaria MTur nº 108, de 30 de junho de 2011, e considerando:

- o objetivo de consolidar a imagem do Brasil como destino turístico no exterior;

- a necessidade de inovar na promoção internacional dos destinos brasileiros;

- a relevância de estreitar os relacionamentos já estabelecidos e construir novos relacionamentos com públicos estratégicos para o turismo do Brasil;

- o propósito de realizar parcerias com instituições públicas e privadas que possam aumentar o impacto das ações da EMBRATUR; e

- a necessidade de expandir a visibilidade e intensificar o reconhecimento da MARCA BRASIL, resolve:

Art. 1º - Instituir, no âmbito da EMBRATUR, a política de patrocínio a projetos que contribuam, direta ou indiretamente, para a melhoria da imagem dos destinos turísticos brasileiros e para o crescimento do turismo internacional para o Brasil.

Art. 2º - A política de patrocínio tem os seguintes objetivos gerais:

I.Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais;

II.Promover o turismo como um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, bem como pela inclusão da atividade na pauta de consumo dos potenciais turistas estrangeiros.

III.Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional e atrair divisas para o País.

Art. 3º - São objetivos específicos da política de patrocínio:

I.Promover os valores essenciais da marca Brasil: diversidade natural e/ou cultural, hospitalidade, alegria, exuberância, modernidade e competência.

II.Fomentar o aumento da exposição de imagem do Brasil no mercado internacional.

III.Apoiar a realização de eventos internacionais, inclusive no Brasil, que impactem diretamente a formadores de opinião e/ou atraiam significativo fluxo turístico internacional para o país, observado sempre que possível o padrão estabelecido pela ICCA.

Art. 4º - A Política de Patrocínios da EMBRATUR é parte integrante do Plano Anual de Marketing da EMBRATUR, anualmente aprovado pela Presidência.

§ 1º - A política de patrocínios poderá ser executada pelos seguintes meios:

I.fornecimento de recursos financeiros.

II.fornecimento de suporte institucional, de comunicação ou promocional.

§ 2º - No exame técnico dos projetos, a EMBRATUR pautará sua atuação considerando os objetivos institucionais citados nesta Portaria, e definirá o apoio com base nas categorias de projetos listadas abaixo:

I.Institucional: que divulga a imagem Brasil, sem a especificação de produtos e/ou serviços, promovendo seu posicionamento ou reforçando seu conceito e identidade na sociedade internacional.

II.Cultura: que visa ao reconhecimento e ao desenvolvimento da cultura do povo brasileiro no mercado internacional.

III.Natureza: que estimula a adoção de práticas de uso sustentável dos recursos ambientais, o desenvolvimento da consciência ecológica, o combate ao desperdício, a implantação de sistemas de gestão ambiental de turismo e a promoção internacional de destinos de turismo sustentável;

IV.Esporte: que visa à divulgação internacional do Brasil como um destino para a prática de esportes e a realização de eventos esportivos com impacto internacional; e

V.Negócios, Eventos e Incentivo: que promova a imagem institucional do Brasil, de modo a contribuir para o crescimento e desenvolvimento da participação do país nesses segmentos.

Art. 5º - A EMBRATUR selecionará projetos de patrocínio preferencialmente via Chamamento Público.

§ 1º - Quando configurada de modo objetivo a reconhecida repercussão internacional do evento, realizado no Brasil ou no exterior, e não havendo nenhum outro evento em condição similar, os projetos de patrocínio poderão ser escolhidos diretamente, mediante pareceres prévios das áreas técnicas e jurídicas, seguidos de decisão motivada da Presidência.

§ 2º - As contrapartidas ao patrocínio serão negociadas e apresentadas por projeto, cabendo às áreas técnicas zelar para que elas atendam de modo claro e objetivo às atribuições da EMBRATUR.

Art. 6º - A concessão de patrocínio a projetos deverá estar congruente com a Política de Patrocínio do Governo Federal, a qual é coordenada e regulada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM/PR).

Art. 7º - Cada projeto deverá observar as determinações desta Portaria e das normas, julgamentos e recomendações dos órgãos de controle interno e externo, além da supervisão e aprovação da SECOM/PR.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO DINO

Ministério dos Transportes**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES DIRETORIA****RESOLUÇÃO Nº 4.116, DE 7 DE JUNHO DE 2013**

Estabelece procedimentos excepcionais de fiscalização do transporte clandestino de passageiros durante o evento da Jornada Mundial da Juventude - JMJ, que será realizado no Rio de Janeiro (RJ), entre os dias 22 e 28 de julho de 2013.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 027, de 7 de junho de 2013, no que consta do Processo nº 50500.101087/2013-18;

CONSIDERANDO o aumento excepcional de demanda de passageiros, com consequente reflexo no fluxo de veículos, para a cidade do Rio de Janeiro (RJ), entre os dias 22 e 28 de julho de 2013, em virtude da Jornada Mundial da Juventude - JMJ, que contará com a participação do Papa Francisco;

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, que "dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências", prevê, dentre as prerrogativas asseguradas aos fiscais desta Agência, a possibilidade de se realizar apreensão de bens;

CONSIDERANDO que a rotina regular de fiscalização, sobretudo quanto à realização do transbordo, prevista na Resolução ANTT nº 233, de 25 de junho de 2003, poderá reduzir a oferta dos serviços durante a Jornada Mundial da Juventude;

CONSIDERANDO que compete à ANTT assegurar aos usuários a prestação adequada dos serviços, especialmente garantindo a segurança dos passageiros nas viagens, conforme disposto no art. 28, inciso I, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; e

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos excepcionais de fiscalização do transporte clandestino de passageiros durante o evento da Jornada Mundial da Juventude - JMJ, que será realizado no Rio de Janeiro (RJ), entre os dias 22 e 28 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º Para fins desta Resolução, considera-se serviço clandestino o transporte interestadual e internacional remunerado de pessoas, realizado por pessoa física ou jurídica que não possua delegação da ANTT.

Art. 2º Constatada a realização de serviço clandestino, serão realizados os seguintes procedimentos pela fiscalização:

I - autuação da empresa infratora com base no art. 1º, inciso IV, alínea "a", da Resolução ANTT nº 233/2003;

II - transbordo dos passageiros para veículo regularizado, com deslocamento até o terminal de transporte rodoviário indicado pela fiscalização; e

III - adoção da medida administrativa de apreensão do veículo.

§ 1º Na aplicação do disposto no inciso III deste artigo, o veículo deverá ser removido para o depósito público ou privado credenciado e indicado pela fiscalização.

§ 2º O veículo ficará apreendido até o término da Jornada Mundial da Juventude e, findo o evento, sua liberação estará condicionada à comprovação do pagamento das seguintes despesas:

I - do transbordo, na forma estabelecida na legislação, comprovadas mediante apresentação de nota fiscal pela empresa que realizou o transbordo;

II - das passagens até a origem ou destino da viagem, conforme as opções de horários regulares ofertados no terminal, comprovadas mediante apresentação de cópia das passagens disponibilizadas para todos os passageiros identificados no ato do transbordo;

III - com alimentação, quando a espera for superior a 3 (três) horas, na forma da Lei nº 11.795, de 7 de julho de 2009;

IV - com hospedagem, quando houver necessidade de pernoite no local;

V - da remoção, guarda e estadia do veículo, comprovadas por meio de nota fiscal emitida pela empresa responsável pelo depósito.

§ 3º A comprovação do pagamento das despesas elencadas neste artigo se dará na sede da Unidade Regional da ANTT que tem jurisdição sobre o Estado da Federação onde foi realizada a apreensão.

Art. 3º Os procedimentos estabelecidos nesta Resolução deverão ser adotados pela fiscalização a partir da data de sua publicação até 30 de julho de 2013.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício